



CRECHES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA E O CONSTANTE PROBLEMA DE SAÚDE EMOCIONAL

Rosimeyre Pires Vidal Piovesan¹, Ângela Mara de Barros Lara²

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia, Polo Indaiatuba-SP, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. rosimeyrevidal@hotmail.com

²Orientadora, Mestre, Docente no Curso de Pedagogia, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. Angela.lara@unicesumar.edu.br

RESUMO

A pesquisa a ser apresentada sobre saúde mental do professor da educação infantil em um município do interior do estado de São Paulo – Indaiatuba, buscando entender as causas possíveis no capitalismo. A perspectiva da pesquisadora é trazer informações com o embasamento histórico e cultural sobre o assunto, fazendo uma análise para que possa ser discutido a respeito de quais os caminhos que devem ser seguidos para uma possível compreensão entre os professores sobre sua saúde no trabalho. Será analisado quais as dificuldades enfrentadas em especial, pelos profissionais da educação básica, com um mundo que muda praticamente o tempo todo e exige deste profissional cada vez mais intensidade no desenvolvimento de sua docência, sendo assim, a trajetória a respeito do tema, compreender as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, coletar dados e, assim, conseguir obter os resultados que são esperados para a pesquisa. De forma geral, o método utilizado terá a finalidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas já realizadas anteriormente sobre o assunto, de maneira sistemática, ordenada e abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Educação; Saúde do Professor.

1 INTRODUÇÃO

Espera-se que o ambiente de trabalho seja um local agradável e saudável para a realização das atividades propostas nas atribuições do cargo ocupado, no entanto, as dificuldades que surgem e impedem a realização do trabalho com êxito acabam desgastando a saúde física e emocional do funcionário. Em unidades escolares da educação infantil o quadro não costuma ser diferente, o trabalho com crianças de 0 a 5 anos pode ser bem desgastante fisicamente, visto que nos primeiros meses e anos de vida exige um grande esforço braçal, mas parece existir uma relação entre o trabalho realizado e o bem-estar psicológico e emocional das educadoras que o desempenham. Determinar os fatores que causam essa relação de degradação, se existem situações que podem ser mudadas, ações que, se implementadas, reduzirão os desconfortos emocionais ou uma valorização do profissional, ajudarão a manter a saúde mental do profissional da educação infantil estável.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. A saúde mental implica muito mais que a ausência de doenças mentais. Segundo a OMS, as situações de competição são as principais causas de estresse associado ao trabalho. Estatísticas apontam que uma a cada cinco pessoas no trabalho podem sofrer de algum problema de saúde mental. Esses problemas vão impactar diretamente no ambiente de trabalho, causando perda de produtividade e faltas ao trabalho, entre outros (BRASIL, 2017).

De acordo com o Art. 4º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade. Diante do amparo legislativo que garante o direito às crianças a frequentar a creche, o Poder Executivo Municipal, juntamente



com a Secretaria Municipal de Educação e a Política Nacional de Educação Infantil, viabilização de recursos e programas, como o Primeira Infância na Escola, oferecidos pelo Governo, oferece à população creches em período integral, para crianças a partir dos quatro meses de idade.

Com a Constituição Federal de 1988, a creche deixou de ser vista apenas como uma instituição assistencialista e passou a fazer parte do sistema educacional. A rotina das creches é pautada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), oferecendo às crianças alimentação saudável e de qualidade, cuidados necessários à boa higiene, trazendo além do zelo que a criança necessita, a introdução, desde o Berçário I, de atividades pedagógicas, visando o desenvolvimento adequado da criança no aspecto motor e cognitivo.

Para cumprir com o currículo recomendado, o qual propõe uma gama de atividades pedagógicas dirigidas, é preciso seguir um cronograma semanal que engloba todas as ações que envolvem a rotina da creche, a qual exige educadoras para o seu desenvolvimento. A despeito de toda a legislação, parâmetros e currículos propostos, a administração municipal precisa lidar com uma questão que é a falta de mão de obra para atuar na função de monitoras de creche¹. No caso do Município de Indaiatuba o quadro de falta de funcionários não é diferente. Há muitas exonerações todos os anos, algumas por mudar de cargo, outras por seguir outra carreira, há, também, o absenteísmo², que está diretamente relacionado à saúde das funcionárias.

O dia a dia na creche acaba se tornando muito desgastante, muitas crianças por sala, poucas funcionárias para realizar o cuidado necessário, cobrança, por parte dos superiores do desenvolvimento de atividades pedagógicas, crianças em famílias de risco, casos complexos que acabam afetando o emocional de professoras e monitoras, falta de brinquedos adequados à faixa etária, levando à falta de interesse das crianças por brinquedo repetitivos e pouco chamativos. Todos esses fatores acabam ocasionando um deterioramento da saúde das funcionárias.

A presente pesquisa busca relacionar os aspectos mentais, físico e sociais com embasamento teórico e metodológico, para o seguinte questionamento: existe relação entre o trabalho numa creche pública do Município de Indaiatuba e o constante problema de saúde emocional pelo qual as educadoras vem passando, levando à procura de ajuda profissional, como terapeutas, uso de medicamentos psicotrópicos e, em casos mais graves, licenças médicas e até mesmo à readaptação do cargo, por incapacidade de atuar em sala com as crianças?

A pesquisa será desenvolvida investigando numa creche pública na qual são oferecidos os atendimentos direcionados à educação infantil, berçários I e II e maternais I e II, as solicitações de afastamento por motivo de saúde das professoras, coordenadoras pedagógicas e direção da mesma. O que interessa a essa pesquisadora são os motivos que levam o grupo a se ausentar das suas funções no cotidiano. Optou-se por fazer pesquisa básica, tendo em vista a disponibilidade de tempo para realizar a pesquisa e o tempo necessário para passar pelo comitê de ética.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

¹ O monitor de creche, atualmente renomeado para ADE (Auxiliar de Desenvolvimento Educacional), [...] (INDAIATUBA, 2018).

² O absenteísmo consiste na ausência de pontualidade e assiduidade do colaborador, seja por faltas justificadas e injustificadas ou por atrasos para o cumprimento das obrigações trabalhistas.



Quanto à metodologia a ser adotada, conforme Lakatos e Marconi (2011), referente à sua finalidade, trata-se de uma pesquisa básica, de natureza exploratória, com abordagem qualitativa. Já quanto aos procedimentos de coleta de dados, será utilizada a pesquisa-levantamento, a qual, segundo Silva (2008, p.56), “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, dos quais se objetiva saber o comportamento”. Assim, a estratégia de pesquisa é o levantamento, e a técnica de coleta de dados, levantando qual é o papel do pedagogo em relação as suas atribuições e o atual contexto da Pandemia COVID-19, no período estudado de (2019-2021), buscando conhecer seu processo histórico. Para tratar o propósito da pesquisa e a natureza do objeto envolvido, se recorrerá à análise quantitativa para registrar seu fluxo e abrangência, que possibilitará maior visibilidade aos resultados quando apresentados. (SANTOS 2010; LAKATOS; MARCONI, 2011). Para a pesquisa o tempo de busca será de 05 (cinco) anos, entre 2018 e 2023; o idioma será o português e a relevância dos textos serão os que contenham estudos relacionados à educação básica e destaque para a faixa etária de 0 a 4 anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em processo de elaboração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em processo de elaboração.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **“Saúde mental no trabalho” é tema do Dia da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro.** Brasília, DF: 2017. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/#:~:text=A%20sa%C3%BAde%20mental%20implica%20muito,algum%20problem a%20de%20sa%C3%BAde%20mental>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRITO, Jussara. ATHAYDE, Milton. **Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade.** p. 239-265, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fGmXYhddtNzJtxbGjv5zpPG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

COSTA, Áurea de Carvalho. RODRIGUES, Robson da Silva. Imprescindíveis e silenciados: desvalorização dos professores e destituição da participação as decisões políticas. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 41-52, 2020.

COSTA, A.; NETO, E.; SOUZA, G. **A Proletarização do Professor: neoliberalismo na educação.** São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

INDAIATUBA. Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica Global da Rede Municipal de Ensino.** Ferretti, Jane Shirley Escodro; Milan, Tânia Regina Cataldi; Sanches, Antonio Carlos Gonsales (organizadores). Indaiatuba, SP: 2004. Disponível em: https://www.educmunicipal.indaiatuba.sp.gov.br/shared/upload/legislacao//25_196_8653.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.



INDAIATUBA. Prefeitura Municipal de Indaiatuba. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo do Município de Indaiatuba.** Educação Infantil. Ribeiro, Edimilson de Moraes (organizador). Indaiatuba, SP: 2022. Disponível em: https://www.educmunicipal.indaiatuba.sp.gov.br/shared/upload/legislacao//25_444_21248.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.

LARA, Ângela Mara de Barros. MARONEZE, Luciane Z. **A saúde do professor a partir da década de 1990:** reflexões sobre a reforma do Estado, o mundo do trabalho e a reforma da educação.

OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez., 2004.